



BANCADAS INFORMAIS

A importância no processo decisório

A composição dos partidos políticos, em vários casos, não corresponde ao anseio específico de determinados setores da sociedade. Para suprir essa lacuna surgem no Congresso Nacional os grupos suprapartidários ou as bancadas informais com o propósito de promover causas, ideias e interesses. Essas organizam o debate e buscam influenciar decisões em favor das políticas públicas que defendem.

As bancadas informais vinham perdendo poder desde que o Supremo Tribunal Federal — e depois o próprio Congresso Nacional aprovou legislação sobre o tema — impôs a fidelidade partidária, regra que permite aos partidos enquadrar o voto de seus representantes, ainda que para tanto tenha que fechar questão. A fidelidade à legenda passou a se sobrepor à da bancada informal. Ou seja, o deputado só vota segundo a orientação da bancada suprapartidária se esta coincidir com a de seu partido ou se o partido, excepcionalmente, o autorizar a votar em desacordo com a orientação da liderança.

Entretanto, com o processo de *impeachment* contra a ex-presidente Dilma, que, em grande medida, foi articulado com as frentes parlamentares; com as duas denúncias contra o presidente Michel Temer, que foram derrubadas com

o apoio das bancadas informais, e, mais recentemente, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, as bancadas informais, cuja missão era promover uma causa e buscar sensibilizar os partidos para suas pautas, recuperam o poder de agenda. Embora não possam determinar como os parlamentares devem votar, por força da fidelidade partidária, terão peso decisivo sobre o que votar, já que serão interlocutoras do governo para todas as pautas, inclusive aquelas que não tenham pertinência temática com sua razão de existir.

Assim, com a nova legislatura, que se iniciará em 2019, as bancadas informais tendem a cumprir um papel de grande influência, e não apenas nos temas que lhe são diretamente afetos. De um lado, pela grande quantidade de partidos, especialmente na Câmara, que passou de 28 agremiações para 30, dificultando o consenso para realização de debates e votações nas Casas legislativas. De outro, pela disposição do novo presidente da República de valorizar e priorizar as bancadas informais como interlocutoras de peso, inclusive como forma de moderar o apetite “fisiológico” dos partidos.

Ao se reunir em torno de bancadas suprapartidárias, como a ruralista, a empresarial, a evangélica e a sindical, os parlamentares naturalmente acumulam forças dentro

do Congresso e organizam pautas para que possam ser debatidas e seus projetos levados à votação. Se em circunstâncias normais, as frentes suprapartidárias já exerciam influência, em um cenário favorável a elas como esse que se avizinha, a tendência é que, com coordenação e com temas bem definidos, de um lado, e com o reconhecimento de sua condição de interlocutora prioritária por parte do governo, de outro, exerçam forte influência na definição da agenda do Poder Legislativo.

Historicamente, as bancadas mais atuantes e com grande número de parlamentares com vínculo direto e formal com o setor que representam são as empresárias e do agronegócio, esta última também conhecida como bancada ruralista. Além destas, também são muito atuantes e engajadas, ainda que menos numerosas, as bancadas evangélica, da segurança/bala, feminina e sindical. As demais, como saúde, educação, transporte, etc, costumam ser apenas formais, ou seja, não têm o mesmo nível de comprometimento e envolvimento direto com as causas que defendem ou patrocinam. As de saúde e educação, por exemplo, só se entendem quanto ao aumento do investimento para esses setores, dividindo-se quanto à destinação dos recursos em pelo menos três segmentos: o privado, o filantrópico e o estatal/público.

Na próxima legislatura, três bancadas terão forte poder de influência: a bancada ruralista ou do agronegócio, que, mesmo tendo diminuído em tamanho, cresceu em influência, porque será interlocutora e estará no centro do novo governo; a bancada evangélica, que além de ter vindo maior, terá papel fundamental na

defesa da agenda conservadora de comportamento e costumes do novo governo; e a bancada da segurança ou da bala, que também cresceu e irá liderar o debate de temas caros ao novo presidente, como flexibilização do estatuto de desarmamento, redução da maioria penal, mudança no auxílio-reclusão e eliminação do

indulto e o chamado saidão dos presos em datas especiais, entre outras.

O levantamento a seguir inclui o número de deputados federais integrantes de cada uma das sete bancadas listadas, bem como suas principais pautas no Poder Legislativo.

BANCADA NO CONGRESSO	COMPOSIÇÃO	TEMAS PRIORIZADOS
Empresarial	230, sendo 192 deputados e 38 senadores	Reforma dos direitos trabalhistas, terceirização, competitividade, redução de encargos para o setor, Custo Brasil, reforma tributária, renúncias e incentivos fiscais, creditícios e monetários.
Parentes	197, sendo 173 deputados e 24 senadores	Evitar restrições na legislação eleitoral que impeçam as candidaturas por relação de parentesco.
Ruralista	100, sendo 73 deputados e 27 senadores	Meio ambiente, regulamentação da Emenda Constitucional 81/2014, do Trabalho Escravo, regulamentação da aquisição de terras por estrangeiros, demarcação de terras indígenas e anistia às dívidas de produtores rurais.
Evangélica	91, sendo 84 deputados e 7 senadores	União homoafetiva, pesquisas com célulastronco, defesa da família, Escola sem partido, ideologia de gênero, aborto.
Sindical	40, sendo 35 deputados e 5 senadores	Defesa dos direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários, manutenção da política nacional de salário mínimo, redução da jornada de trabalho.
Feminina	89, sendo 77 deputados e 12 senadores	Ampliação da licença-maternidade, representação das mulheres em instâncias decisórias, combate à violência contra as mulheres, reforma política com igualdade de gênero.
Segurança	70, sendo 61 deputados e nove senadores	Majoridade penal, fim das penas alternativas, modificação do Estatuto do Desarmamento e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

As bancadas informais, que atuam como grupo de pressão no interior do Parlamento, sempre têm composição suprapartidárias,

articulam interesses e promovem a defesa de causas com motivações diversas. Podem ser de ordem cívica, ética, moral, de gênero e

de raça, ambiental ou econômica, entre outras. O fato é que se constituem em grupos de pressão no interior do Parlamento.

SINDICAL**Bancada sofre redução drástica;
sindicalismo precisa reforçá-la**

A bancada sindical no Congresso Nacional e o movimento sindical terão muito trabalho na nova legislatura. A agenda do novo governo é avassaladora e vai exigir politicamente muito destes dois estamentos

As eleições para deputados e senadores trouxeram muitas novidades, entre elas, a nova configuração da bancada sindical, que foi reduzida praticamente pela metade e vai ter na legislatura que começa em fevereiro de 2019, 35 representantes na Câmara dos Deputados e apenas 5 senadores.

O número de membros da bancada tem oscilado a cada eleição, e em 7 de outubro de 2018 a redução foi drástica e vai requerer do movimento sindical trabalho mais permanente e profissional no Congresso Nacional. Se, mesmo com maior número de integrantes e com um governo liderado pelo PT enfrentava dificuldades em um ambiente de retração de direitos, agora a situação será muito mais desafiadora. Na verdade, a investida sobre os direitos dos trabalhadores começou no início do 2º mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, com a edição das medidas provisórias (MP) 664 e 665, de 2015. A 1ª alterou as Leis 8.213/91; 10.876/04; 8.112/90 e 10.666/03, que tratam dos seguintes auxílios: pensão por morte (inclusive dos servidores públicos) e auxílio doença. A 2ª alterou as regras para percepção de seguro-desemprego e abono salarial para os trabalhadores. E se corporificou e robusteceu com o *impeachment*, em 2016.

Este novo cenário, em alguma medida foi antecipado pelo **DIAP** na Radiografia da legislatura que ora finda: “O cenário para a representação política dos sindicalistas e trabalhadores no Parlamento, caso não haja reação, poderá não ser dos melhores. Os custos de campanha, o desgaste daqueles com vários mandatos e o afastamento da presidente da República desse segmento são sinais que reforçam essa tendência, o que pode resultar em queda na

representação sindical no Congresso”, destacou o **DIAP**, na introdução daquela publicação.

RETIRADA DE DIREITOS

A retirada de direitos aprofundou-se com a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) no Congresso e transformada na Emenda à Constituição (EC) 95/16, que congela as despesas primárias, em termos reais, por 20 anos, o chamado Teto de Gastos. Houve ainda a aprovação da Terceirização irrestrita (Lei 13.429/17); a Lei Geral de Responsabilidade das Estatais (13.303/16); a que desobrigou a Petrobras de ser a operadora única dos blocos de exploração do pré-sal no regime de partilha de produção (Lei 13.365/16); a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17); e a que visa limitar a 31 de julho de 2022 os benefícios fiscais concedidos pelo Brasil a empresas petrolíferas estrangeiras que atuarão em blocos das camadas pré-sal e pós-sal, inclusive por meio de isenções para importação de máquinas e equipamentos (Lei 13.586/17).

Sem falar na PEC 287/16, que trata da reforma da Previdência, em tramitação na Câmara dos Deputados, cuja expectativa é ser retomada pelo novo governo eleito em 2018.

A PAUTA DO NOVO GOVERNO

A bancada sindical no Congresso e o movimento sindical terão muito trabalho na nova legislatura. A agenda do novo governo é avassaladora e vai exigir politicamente muito destes dois estamentos.

A intenção do governo que vai assumir em 1º de janeiro de 2019 é criminalizar os movimentos sociais, aí incluído o sindical. Vai aprofundar o desmonte sindical com a instituição

da pluralidade sindical. Por meio de medida provisória pretende esquartejar o Ministério do Trabalho, entregando o registro sindical ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

A reforma da Previdência vai ser retomada com a instituição da idade mínima para os trabalhadores da iniciativa privada, a cargo do INSS, e o fim da fórmula 85/95. Vai apresentar também proposta de reforma administrativa, cuja ideia é acabar com a estabilidade do servidor público. A agenda contará ainda a criação da carteira de trabalho verde e amarela, com menos direitos trabalhistas, fim do abono salarial, modificação do critério do seguro desemprego, fim da política de valorização do salário mínimo e desvinculação do salário mínimo do benefício assistencial.

BARRADOS NAS URNAS

Os responsáveis pela relatoria da Reforma Trabalhista e, portanto, pela condução das negociações da matéria na Câmara e no Senado, respectivamente, o deputado **Rogério Marinho (PSDB-RN)** e o senador **Ricardo Ferraço (PSDB-ES)**, não foram reeleitos. Em alguma medida pagaram com a não recondução ao Congresso pelas mudanças que impuseram à legislação trabalhista, com reforma que introduziu nas relações de trabalho profundos, extensos e graves retrocessos para a classe trabalhadora brasileira.

Também não foram reeleitos o **deputado André Moura (PSC-SE)**, líder do governo no Congresso, que teve papel relevante nas negociações em torno da matéria; e o **senador Romero Jucá (MDB-RR)**, líder do governo no Senado, e relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Ele foi fiador de acordo na Casa que redundou no envio

da MP 808/17, que alterava alguns pontos da Lei 13.467/17, mas que caducou no Congresso.

Outro que também não teve êxito no projeto reeleitoral foi o **deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS)**, ministro do Trabalho em 2017, portanto, defensor aplicado do projeto, que inclusive se exonerou do cargo para votar favorável à proposição na Câmara.

Cerca de 67% dos deputados que votaram a favor das reformas que suprimiram direitos, entre aqueles que tentaram renovar o mandato, não tiveram êxito. Em números absolutos, dos 296 deputados que votaram a favor da Reforma Trabalhista, 198 não foram reeleitos. Quanto aos 366 parlamentares que votaram a favor do Teto de Gasto, 245 não retornarão à Câmara dos Deputados na próxima legislatura.

De algum modo — mesmo tendo sido uma eleição completamente atípica, sem debates, com o eleitor votando de forma irracional, para punir cegamente todos os detentores de mandato — os algozes dos trabalhadores foram punidos.

PUNIDO E PREMIADO

Punido nas urnas, com a não reeleição à Câmara, o relator da Reforma Trabalhista, Rogério Marinho, foi premiado com o que sobrou do fatiamento do Ministério do Trabalho no governo Bolsonaro. Algoz do sindicalismo, com o desmonte da estrutura sindical, Marinho poderá continuar “dando as cartas” numa relação absolutamente desequilibrada, pós-Reforma Trabalhista, com o movimento sindical desestruturado pela perda de receita com o fim do imposto sindical obrigatório.

Como poderá ser essa relação de alguém que objetivamente nutre preconceitos e desprezo pelo movimento sindical, sobretudo neste momento de arrefecimento da luta sindical? Sem contar, também, com a drástica redução da bancada dos trabalhadores no Congresso, que perdeu força e expressão?

O quadro é complexo e vai exigir do movimento e da bancada sindical alianças e trabalho conjunto, dentro e fora do Parlamento, a fim de motivar a bancada e reforçar o movimento sindical.

PAPEL DA BANCADA SINDICAL

A bancada tem a função principal de dar sustentação e fazer a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, aposentados e servidores públicos no Congresso Nacional, além de intermediar demandas e mediar conflitos entre esses e o governo e/ou empregadores. Em razão disso, sua redução é preocupante, pois seu papel vai além das fronteiras parlamentares.

A responsabilidade pela redução da bancada, de um lado, é do próprio movimento sindical, que não investiu na reeleição dos atuais nem se empenhou o suficiente para eleger novos, e, de outro, porque os partidos, especialmente os de esquerda, mudaram seus perfis para privilegiar os candidatos à reeleição em detrimento daqueles com origem nos movimentos sociais, especialmente o sindical.

BANCADA EM NÚMEROS

Na legislatura (2019-2023), que vai se iniciar em 1º de fevereiro de 2019, os trabalhadores terão menos defensores que na legislatura que se encaminha para seu encerramento. O **DIAP** identificou que a bancada sindical terá apenas 35 representantes na Câmara Federal. A bancada perdeu 16 representantes em relação à eleição de 2014.

Dos 35 representantes, 27 foram reeleitos e apenas 8 são novos. Do pronto de vista da representação partidária, o partido com mais membros na bancada é o PT, com 19; seguido pelo PCdoB, com 4; PSB, com 4; PR, com 2; e PDT, PODE, PSC, PSL, PSol e SD, com 1 integrante cada.

HISTÓRICO

A bancada oscila de eleição em eleição. A de 1991-1995 tinha 25 integrantes; a de 1995-1999 contou com 36; a de 1999-2003 cresceu para 44 (40 deputados e 4 senadores).

Nas eras Lula-Dilma, a bancada teve crescimento em razão das relações de proximidade com o ex-presidente Lula e a agenda colocada em prática pelo governo. A bancada na legislatura 2003-2007 deu salto para 74 membros; a de 2007-2011 decaiu e ficou com 64.

No 1º mandato da ex-presidente Dilma, 2011-2014, subiu para 83

representantes e teve queda na atual legislatura (2014-2019), com 51 congressistas.

GÊNERO

As mulheres, do ponto de vista numérico, nunca foram expressivas na bancada. A que tomará posse na próxima legislatura terá apenas 3 deputadas — Alice Portugal (PCdoB-RJ), Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Lídice da Mata (PSB-BA) — e nenhuma senadora.

A atual (2014-2019) também não é grande. Dos 48 deputados, apenas 6 são mulheres; e 3 no Senado. Em 2010 foram eleitas apenas 5 deputadas e 2 senadoras.

DESFALQUES

Irão desfaltar a bancada na nova legislatura 18 deputados não reeleitos, com destaque para o deputado Chico Alencar (PSol-RJ), que disputou e perdeu vaga ao Senado; Chico Lopes (PCdoB-CE), não reeleito; Augusto Carvalho (SD-DF), não reeleito; Marco Maia (PT-RS), não reeleito; Pepe Vargas (PT-RS), eleito deputado estadual; e Décio Lima (PT-SC), não reeleito.

SENADORES ATUAIS E NOVOS

Na Casa, a bancada dos trabalhadores sofreu revés ainda maior. Dos 9 representantes que a bancada possui nesta legislatura, apenas os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Paulo Paim (PT-RS) conseguiram renovar os respectivos mandatos.

Juntam-se à bancada, os eleitos em 2018, Jaques Wagner (PT-BA), Major Olímpio (PSL-SP) e Paulo Rocha (PT-PA), cujo mandato vai até 2023. Os outros 6 que não retornam ao Senado Federal são: 1) Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), não reeleita; 2) Walter Pinheiro (Sem Partido-BA), não foi candidato a nenhum cargo; 3) José Pimentel (PT-CE), não foi candidato; 4) Hélio José (PSD-DF), candidatou-se a deputado federal e não foi eleito; 5) Regina Souza (PT-PI) foi eleita em 1º turno vice-governadora de estado; e 6) Fátima Bezerra (PT-RN) eleita em 2º turno ao governo do estado.

O partido com mais membros na bancada é o PT, com 3 senadores. O Rede e o PSL possuem 1 integrante cada.

EMPRESARIAL**Bancada reduz na Câmara e cresce no Senado**

Mesmo com o decréscimo, a bancada continua expressiva na Câmara, sobretudo considerando o fato de a bancada sindical ter sofrido diminuição em relação à legislatura atual. São 60 representantes, sendo 51 deputados e 9 senadores

A expressiva bancada empresarial no Congresso Nacional teve decréscimo na Câmara dos Deputados e pequeno crescimento no Senado Federal. Tomarão posse em fevereiro de 2019, entre novos e reeleitos, 230 congressistas. São 192 deputados e 38 senadores, que representarão a agenda e as demandas do mercado e do capital no Legislativo federal pelos próximos 4 anos. Na legislatura que se encerra, a bancada conta com 251 parlamentares — 221 na Câmara e 30 no Senado.

Mesmo com o decréscimo, a bancada continua expressiva na Câmara, sobretudo considerando o fato de a bancada sindical ter sofrido diminuição em relação à legislatura atual, com 60 representantes — sendo 51 deputados e 9 senadores. E vai ter a partir de fevereiro, apenas 35 na Câmara e 5 no Senado. A bancada sindical, entre outros papéis, faz o contraponto com a agenda empresarial no Congresso.

A identificação da bancada é feita com base nas declarações de bens e de atividades profissionais e econômicas. São proprietários de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviço ou do segmento rural.

Da bancada eleita para a próxima legislatura, 93 deputados foram reconduzidos para novos mandatos e 98 são novatos no Congresso Nacional. No Senado, 5 foram reeleitos, 19 são novatos e 11 estarão no exercício do mandato até 2023.

Os suplentes dos senadores eleitos governadores de seus respectivos estados — Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Fátima Bezerra (PT-RN) — são empresários e tomarão posse em fevereiro reforçando assim a bancada na Casa.

Na Legislatura 2011-2014, os representantes patronais contaram com 273 congressistas, sendo 246

deputados e 27 senadores. Esta composição teve semelhanças numéricas comparativamente com a Legislatura 2007-2010, quando a bancada empresarial reunia 219 parlamentares.

RAIO X DAS BANCADAS NA CÂMARA E NO SENADO

Na Câmara dos Deputados, da atual bancada, 93 foram reeleitos, 98 são novos, 61 não tiveram êxito na reeleição, 5 disputaram vaga para Assembleia Legislativa, 21 não foram candidatos, 20 disputaram o Senado, 4 disputaram como 1º suplente de senador, 4 concorreram ao governo do Estado e 3 como vice.

No Senado Federal, apenas 5 foram reeleitos, 20 são novatos, 11 continuaram no mandato até 2022, 8 foram derrotados, 1 disputou e perdeu cadeira na Câmara Federal, 3 não concorreram e 1 disputou governo estadual e ganhou.

O suplente do senador Ronaldo Caiado (DEM), ruralista, eleito em 1º turno governador do estado de Goiás, é o empresário Luiz Carlos do Carmo (MDB), que vai assumir o mandato em fevereiro, que dura até 2023.

Outro suplente que vai assumir mandato senatorial, no lugar da senadora eleita governadora do estado do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), é o empresário Jean-Paul Prates (PT). Prates é advogado e economista, ambientalista, empresário e dirigente de sindicato de empresas. Tem mais de 25 anos de trabalho nas áreas de petróleo, gás natural, biocombustíveis, energia renovável e recursos naturais. cursou Direito na Uerj e Economia na PUC-RJ. Desse modo, a bancada terá na Casa 38 membros, com a assunção dos 2 suplentes, em fevereiro.

BARRADOS NAS URNAS

Os responsáveis pela relatoria da Reforma Trabalhista e, portanto, pela

condução das negociações da matéria na Câmara e no Senado, respectivamente, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) e o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), não foram reeleitos. Em alguma medida pagaram com a não recondução ao Congresso pelas mudanças que impuseram à legislação trabalhista, com reforma que introduziu nas relações de trabalho profundos, extensos e graves retrocessos para a classe trabalhadora brasileira.

Também não foram reeleitos o deputado André Moura (PSC-SE), líder do governo no Congresso, que teve papel relevante nas negociações em torno da matéria; e o senador Romero Jucá (MDB-RR), líder do governo no Senado, e relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Ele foi fiador de acordo na Casa que redundou no envio da MP 808/17, que alterava alguns pontos da Lei 13.467/17, mas que caducou no Congresso.

Outro que também não teve êxito no projeto reeleitoral foi o deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS), ministro do Trabalho em 2017, portanto, defensor aplicado do projeto, que inclusive se exonerou do cargo para votar favorável à proposição na Câmara.

A AGENDA DO MERCADO

As reformas de cunho fiscalista e de liquidação de direitos dos trabalhadores continuarão sob o novo presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), que a propósito será um governo de continuidade, e o Congresso Nacional escolhido em 2018, cujo perfil é neoliberal do ponto de vista econômico e conservador do ponto de vista moral e dos costumes.

A agenda do novo Executivo e Legislativo se confunde tal como no governo do presidente Michel Temer (MDB). Tendo aprovado e transformado em norma legal a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17), o mercado teria avançado

em torno de 80% de sua agenda no Congresso. Mas as “reformas” não irão cessar na próxima legislatura (2019-2022). Pelo contrário. Deverão ser aprofundar!

PAGAMENTO EM COMIDA

Ainda na esteira das reformas, outros projetos de lei chamam atenção pelo avanço sobre direitos básicos do trabalhador rural, por exemplo. O principal deles é o PL 6.442/16, do deputado não reeleito Nilson Leitão (PSDB-MT), que prevê a possibilidade de pagamento dos trabalhadores rurais mediante “remuneração de qualquer espécie”, o que pode incluir alimentação e moradia.

Este polêmico projeto só não foi incluído na Reforma Trabalhista porque o governo ficou temeroso em “contaminar” o projeto e, então, comprometer sua aprovação. A matéria em questão foi distribuída às comissões de Agricultura, dominada como sempre pela bancada ruralista, de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação, e, finalmente, de Constituição e Justiça.

Dentre as mudanças propostas, todas específicas para os trabalhadores rurais, está ainda o aumento da jornada para 12 horas “por motivo de força maior”. Após repercussão negativa na imprensa e nas redes sociais, Leitão, um dos líderes da bancada ruralista, disse que vai alterar o projeto. A simples proposição de uma lei autorizando pagamento em alimentação e moradia, porém, é um indicativo de o quanto a bancada ruralista está disposta a avançar nos questionamentos às leis trabalhistas.

SERVIDORES PÚBLICOS

Há duas proposições em tramitação na Câmara e no Senado sobre demissão por insuficiência de desempenho. O que está em tramitação na Câmara, de autoria do presidente FHC (PLP 248/98), está pronto para votação em plenário.

E há ainda o da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), PLS 116/17 – Complementar, que quer regulamentar o artigo 41, parágrafo 1º, inciso III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

Este já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. E ainda vai ser examinado pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Há requerimento para que seja também examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

BAIXAS SIGNIFICATIVAS NA CÂMARA

Houve baixas significativas na bancada. Pelo estado do Amazonas não retornam à Casa os deputados Alfredo Nascimento (PR), que foi ministro dos Transportes de Lula e Dilma, e Pauderney Avelino (DEM), experiente e hábil parlamentar, que conclui seu 6º mandato.

Na Bahia, ficaram no meio do caminho os deputados Benito Gama (PTB), Jose Carlos Aleluia (DEM) e Lúcio Vieira Lima (MDB). No Goiás, não voltam à Câmara nomes expressivos como Alexandre Baldy (Pode), atual ministro das Cidades, e Daniel Vilela (MDB), que disputou e perdeu a eleição para o governo do estado. Ele presidiu a Comissão Especial da Reforma Trabalhista. Também não retornarão em 2019: Jovair Arantes (PTB), que presidiu a Comissão Especial do *Impeachment*, da ex-presidente Dilma Rousseff, e Roberto Balestra (PP), que está no exercício do 8º mandato. No Paraná, a crise política dragou o experiente Luiz Carlos Haully (PSDB), que encerra seu 7º mandato.

Pelo estado de Pernambuco não voltam ao Legislativo os deputados Bruno Araújo (PSDB), Mendonça Filho (DEM) e Silvio Costa (PSC), que disputaram o Senado. O povo do Rio Grande do Norte desta vez não permitiu a volta de Betinho Segundo (PP), da oligarquia Rosado Maia. Em Santa Catarina, dos 10 membros da bancada, apenas o deputado Celso Maldaner (MDB) renovou o mandato.

Nomes de peso de São Paulo não voltam: Beto Mansur (PRB), Jorge Tadeu Mudalen (DEM), Milton Monti (PR), Nelson Marquezelli (PTB), Ricardo Tripoli (PSDB) e Silvio Torres (PSDB).

BAIXAS SIGNIFICATIVAS NO SENADO

A renovação no Senado foi extensa e expressiva. Dos 12 membros da bancada, cujo mandato se encerra em 2019 e que tentaram nova chance, apenas 5 tiveram êxito: 1) Sérgio Petecão (PSD-AC), 2) Renan Calheiros (MDB-AL), 3) Eduardo Braga (MDB-AM), 4) Jader Barbalho (MDB-PA), e 5) Ciro Nogueira (PP-PI).

Não foram reeleitos: 1) Jorge Viana (PT-AC), 2) Eunício Oliveira (MDB-CE), atual presidente do Senado e do Congresso, 3) Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator da Reforma Trabalhista nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), 4) Wilder Moraes (DEM-GO), 5) Edison Lobão (MDB-MA), 6) Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e 7) Ataídes Oliveira (Pros-TO).

Não foram candidatos: 1) Zezé Perrella (PTB-MG), 2) Blairo Maggi (PR-MT), Raimundo Lira (MDB-PB) e 3) Ivo Cassol (PP-RO).

Outros cargos: o senador Gladson Cameli (PP-AC), cujo mandato era até 2023, foi eleito em 1º turno governador de estado. E o senador José Agripino (DEM-RN) tentou trocar o Senado pela Câmara, mas não se elegeu. Estará fora do Senado na próxima legislatura.

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

Do ponto de vista da representação partidária, dos 32 partidos com assento no Congresso, 24 legendas na Câmara dos Deputados têm representantes na maior bancada informal do Legislativo federal.

O MDB e o PP são os partidos com mais membros na bancada, 23 e 22, respectivamente. Seguido pelo PSD, com 19. Depois vem o PSL, com 18; o PR, com 16; o DEM, com 14; o PSB e o PSDB, com 11 cada; o PDT, com 9; o PRB, com 8; o Pode, com 7; o SD, com 5; o PTB, o Patri e o Novo, com 4 cada; o Avante, o PSC e o PPS têm 3 cada; o PMN, o Pros, PRP, o PT e o PTC têm 1 cada.

No Senado, a pulverização partidária não é diferente da Câmara. 22 siglas têm assento na Casa, desses, 13 estão representadas na bancada. O MDB tem 7; PSDB, PSD e DEM cada qual têm 4; PP e Pode têm 3 cada; PDT, PR e PTB têm 2 cada; e Pros, PPS, PHS, PSL e SD têm 1 cada.

RURALISTA

Bancada ganha força no governo Bolsonaro com ministros de Estado

Dos 76 deputados ruralistas, 45 foram reeleitos e 31 são novatos. Do total da bancada, apenas 7 mulheres vão quebrar a quase hegemonia masculina da representação ruralista no Congresso Nacional

A bancada ruralista, uma das mais eficientes do Congresso Nacional, mesmo tendo diminuído de tamanho na Câmara dos Deputados, aumentou sua presença no Senado Federal e vai ganhar força no governo Bolsonaro. Isso decorre, de um lado do fato de o presidente ter assumido a pauta da bancada e feito dela uma interlocutora de seu governo, e, de outro da nomeação de lideranças do agronegócio para postos-chave no Governo, como dois ministros de Estados oriundo da Frente do Agronegócio, além da criação da Secretaria de Assuntos Fundiários para acomodar o presidente da UDR (União Democrática Ruralista).

Aparentemente, a ida de dois deputados de expressão para o governo, como é o caso dos deputados Onyx Lorenzoni e Tereza Cristina, significa redução na representatividade da bancada na Câmara. Porém, na verdade, representa fortalecimento dos pleitos da bancada junto ao governo federal. O deputado federal reeleito Onyx Lorenzoni (DEM-RS) será um importante porta voz do setor como ministro da Casa Civil da Presidência da República e a deputada federal reeleita Tereza Cristina (DM-MS) estará no comando do Ministério da Agricultura.

Assim, a bancada do agronegócio, embora menor na Câmara, além de ter um de seus representantes na Chefia da Casa Civil da Presidência da República, que responde pela coordenação geral do Poder Executivo, vai conduzir no Ministério da Agricultura os principais temas de interesse do segmento. A formação acadêmica da parlamentar - Engenharia Agrônoma - somada à atividade empresarial

que desenvolve no meio rural, farão com que a bancada ruralista tenha uma porta voz e representante de peso para as demandas do setor no Executivo federal.

Mesmo a não reeleição do ex-presidente da Frente, deputado Marcos Montes (PSD-MG), será compensada com a nomeação dele para o cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, segundo posto mais importante da estrutura da Pasta. Talvez seja o ministério com mais lideranças vinculada ao setor nos últimos governos.

Levantamento realizado pelo DIAP aponta que a 56ª Legislatura, que terá início em fevereiro de 2019, contará com 104 parlamentares ruralistas, sendo 76 deputados e 28 senadores. Essa quantidade é menor que a bancada da 55ª Legislatura, quando contava com 109 deputados e 17 senadores. Para a 54ª Legislatura, foram eleitos 160 ruralistas - 142 deputados e 18 senadores.

O Departamento classifica como integrante da bancada ruralista o parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou atuando na área do agronegócio, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários ou comissões, mas em entrevistas à imprensa e em outras manifestações públicas.

Conforme a classificação do DIAP, estão entre outros, o deputado reeleito Onyx Lorenzoni (DEM-RS) que, mesmo não sendo dono de propriedade rural, atua e defende o setor no Congresso Nacional. O parlamentar integra a Comissão de Agricultura,

Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, colegiado permanente para onde são encaminhadas e discutidas demandas do setor rural.

PARTICIPAÇÃO FEMININA

Dos 76 deputados ruralistas, 45 foram reeleitos e 31 são novos. Do total da bancada, apenas 7 mulheres vão quebrar a quase hegemonia masculina da representação ruralista. Foram reeleitas as deputadas: Clarissa Garotinho (Pros-RJ), Magda Mofatto (PR-GO), Shéridan (PSDB-RR) e Tereza Cristina (DEM-MS). Completam essa lista as novas ruralistas, todas eleitas para o 1º mandato, Greyce Elias (Avante-MG), advogada e empresária, Jaqueline Cassol (PP-RO), advogada, empresária e irmã do senador Ivo Cassol (PP) e Mara Rocha (PSDB-AC), apresentadora de TV e esposa de Major Rocha (PSDB), vice-governador eleito na chapa de Gladson Cameli (PP).

Confirmada para assumir o Ministério da Agricultura no governo Bolsonaro, a deputada federal Tereza Cristina (DEM-MS) será uma importante aliada do segmento junto ao Executivo federal.

No Senado Federal, cuja bancada ruralista será composta de 28 senadores, a representação feminina será pequena. Permanecem apenas a senadora Kátia Abreu (PDT-TO), que disputou a vice-presidência da República na chapa de Ciro Gomes (PDT-CE), mas tem mandato até 2023, e a senadora Simone Tebet (MDB-MS), que não disputou a eleição, e também tem mandato até 2023. A parlamentar é herdeira política do ex-senador Ramez Tebet, falecido em 2006.

PARTIDO E REGIÃO

Na distribuição dos 104 parlamentares ruralistas entre os partidos com assento no Congresso Nacional, o MDB possui 18 ruralistas. O DEM aparece em segunda posição com 16 ruralistas. Na terceira posição está o PP, com 12 ruralistas. E a quarta maior legenda entre os ruralistas é o PR, com 11 parlamentares.

As demais agremiações possuem, respectivamente, a seguinte quantidade de parlamentares ruralistas: PSD (10), PSDB (9), PSB (6), PDT (4), PTB (3), Pode e PT, com 2 cada, e Avante, PPS, Pros, SD, PTC, PSC, PRP e Rede e PRB, com 1 cada.

O partido do presidente da República eleito, Jair Bolsonaro (PSL), que vai assumir o mandato a partir de 1º de janeiro, tem apenas um ruralista na futura composição do Congresso Nacional. Trata-se do produtor rural e estreador na Câmara Federal, Nelson Barbudo (MT).

A representação da bancada ruralista por região apresenta a seguinte configuração: a Nordeste, que tem na agricultura sua principal atividade econômica, desponta em primeiro lugar com 32 parlamentares. A região Norte, que possui menor participação na produção agrícola do País, possui 24 ruralistas. A região Sul, onde a agropecuária é destaque na atividade econômica, tem 17 parlamentares ruralistas. Já a região a Sudeste, que concentra as áreas agrícolas mais mecanizadas do Brasil, conta com 16 parlamentares ruralistas. E, por último, a região Centro-Oeste, onde a agroindústria é uma das principais atividades econômicas, tem 15 parlamentares ruralistas.

DIMINUIÇÃO DA BANCADA

Em termos quantitativos quem mais perdeu foi a Câmara, mas em qualidade, embora tenha crescido numericamente, quem mais perdeu foi o Senado.

Na Câmara, a bancada não contará na nova legislatura com nomes importantes, como Benito Gama (PTB-BA), Aelton Freitas (PR-MG), Marcos Montes (PSD-MG), Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Osmar Serraglio (PP-PR), José Octávio Germano

(PP-RS), Valdir Collato (MDB-SC), Nelson Marquzelli (PTB-SP), Bruno Araújo (PSDB-PE), Alfredo Kaefer (PP-PR), entre outros.

No Senado Federal ocorreram as principais baixas da bancada ruralista porque parlamentares de grande prestígio e influência não renovaram o mandato, foram eleitos para outros cargos ou não disputaram as eleições.

Com isso, estará fora da Casa a partir de 2019 o presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira (MDB-CE), que disputou mas não renovou o mandato. Também não foram reeleitos os senadores ruralistas: Edison Lobão (MDB-MA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Garibaldi Alves Filho (MDB-RN), Lúcia Vânia (PSB-GO), Valdir Raupp (MDB-RO), Vicentinho Alves (SD-TO), Wilder Moraes (DEM-GO) e Waldemir Moka (MDB-MS).

O senador Eduardo Amorim (PSDB) disputou o governo do Estado e não foi eleito. E como o mandato termina em 2019 vai diminuir a bancada ruralista na Casa. Já a senadora Ana Amélia (PP-RS), cujo mandato também termina em 2019, disputou e não foi eleita vice-presidente da República na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB).

Também perde a bancada ruralista no Senado a atuação intensa dos senadores Ronaldo Caiado (DEM), eleito governador de Goiás no 1º turno com 59,73% dos votos válidos, e Gladson Cameli (PP), eleito governador do Acre também no 1º turno com 53,71% dos votos válidos. O 1º suplente do senador Ronaldo Caiado é Luiz Carlos do Carmo (MDB), ruralista que vai ser efetivado no mandato de senador até 2023.

Completam as baixas da bancada ruralista na Casa porque terminam o mandato em 2019 e não disputaram a reeleição os senadores Blairo Maggi (PR-MT), ministro da Agricultura do governo Temer, Benedito de Lira (PP-AL), Cidinho Santos (PR-MT), 1º suplente do senador Blairo Maggi, Givago Tenório (PP-AL), 1º suplente do senador Benedito de Lira, e Raimundo Lira (PSD-PB).

NOVOS E REELEITOS

Para contrabalancear a perda de parlamentares influentes no Congresso Nacional e a consequente redução da bancada, os ruralistas contarão na 56ª Legislatura com novos parlamentares de grande prestígio no meio rural.

Entre os debutantes, o DIAP chama atenção para Pedro Lupion (DEM-PR), agropecuarista e filho do ex-deputado Abelardo Lupion. Outro destaque é o produtor agropecuário Nelson Barbudo (PSL-MT), eleito para o 1º mandato de deputado federal. Barbudo, como é conhecido, foi o deputado federal mais votado no estado do Mato Grosso influenciado pela eleição do presidente da República Jair Bolsonaro (PSL). E, completa a lista de novos deputados federais ruralistas, Zé Mário (DEM-GO), empresário do setor e bastante influente no Estado.

Já entre os ruralistas reeleitos, destaque para o deputado Julio Cesar (PSD-PI), eleito para o 6º mandato de deputado federal. O parlamentar é membro da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

REFORÇO NO SENADO

No Senado Federal, a bancada ruralista vai ganhar reforço com a chegada de 14 novos senadores, além dos senadores Ciro Nogueira (PP-PI), Renan Calheiros (MDB-AL) e Jader Barbalho (MDB-PA), que foram reeleitos.

Os novos senadores têm grande experiência política e forte atuação no setor. Entre os novatos, destaque para Irajá Abreu (PSD-TO), eleito para o 1º mandato de senador. O parlamentar é filho da senadora ruralista e ex-ministra da Agricultura no governo Dilma, Katia Abreu (PDT).

Outro senador eleito para o 1º mandato é o deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), que após cinco mandatos de deputado federal, assumirá uma cadeira na Casa. Os demais novos senadores, são: Chico Rodrigues (MDB-RO), Confúcio Moura (MDB-RO), Izalci (PSDB-DF), Jayme Campos (DEM-MT), Marcelo Castro (MDB-PI), Márcio Bittar (MDB-AC),

Marcos Rogério (DEM-RO), Mecias de Jesus (PRB-RR), Nelson Trad Filho (PTB-MS) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Completam a lista de ruralistas os novos senadores Espiridião Amin (PP-SC), que volta à Casa após cumprir mandato de deputado federal, e Flávio Arns (Rede-PR), que também

retorna ao Senado para mais um mandato.

Todos os novos e reeleitos senadores vão se unir aos senadores ruralistas que disputaram outros cargos ou não lançaram candidatura, mas têm mandato até 2023. São eles: Acir Gurgaz (PDT-RO), Alvaro Dias (Pode-PR), Antonio

Anastasia (PSDB-MG), Dário Berger (MDB-SC), José Amauri (Pode-PI), 1º suplente do senador Elmano Férrer (PTB-PI), José Maranhão (MDB-PB), Kátia Abreu (PDT-TO), Luiz Carlos do Carmo (MDB-GO), 1º suplente do senador Ronaldo Caiado, Otto Alencar (PSD-BA), Simone Tebet (MDB-MS) e Wellington Fagundes (PR-MT).

EVANGÉLICA

Bancada cresce na Câmara e no Senado

*Levantamento do **DIAP** mostra que a bancada evangélica que emergiu das urnas em 2018 apresenta pequeno aumento na comparação com o pleito anterior (2014). Foram eleitos ou reeleitos 84 deputados identificados com as demandas, crenças e convicções deste segmento de interesse informal e suprapartidário na Câmara Federal. Em 2014, levantamento do **DIAP** identificou 75 deputados. Em 2010, a bancada iniciou os trabalhos legislativos com 73 representantes*

No Senado, os evangélicos mais do que dobraram a representação: de 3 para 7 parlamentares.

O **DIAP** classifica como integrante da bancada evangélica, além dos que ocupam cargos nas estruturas das instituições religiosas — como bispos, pastores, missionários e sacerdotes — e dos cantores de música gospel, aquele parlamentar que professa a fé segundo a doutrina evangélica ou que se alinha ao grupo em votações de temas específicos.

Trata-se de bancada que atua de forma organizada na Câmara e no Senado. Desde 2003, está registrada na Casa como Frente Parlamentar Evangélica. Mais recentemente, foi renomeada como Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, cujo coordenador, desde 2015, era o deputado Takayama (PSC-PR), que não se reelegeu para a próxima legislatura, que começa em 1º de fevereiro de 2019.

Nos últimos pleitos, excetuando a eleição de 2006, a bancada evangélica vinha apresentando crescimento médio

de 20%. Em 2014, o crescimento já foi pequeno e, em 2018, registra-se aumento de pouco mais de 10%.

Apesar de o aumento no quantitativo ter sido de apenas 9 nomes, entre os 40 reeleitos e 44 novos parlamentares, há campeões de votos em seus estados. Desses, 9 deputados obtiveram votações muito expressivas e atingiram o quociente eleitoral em suas respectivas unidades federativas.

O deputado reeleito Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) saltou de um desempenho de 82.224 votos em 2014 para 1.843.735 votos, sendo o deputado federal com maior votação nominal registrada no País, superando a marca do ex-deputado Enéas Carneiro. Outra parlamentar que ultrapassou a marca de 1 milhão de votos foi Joice Hasselmann (PSL-SP). A jornalista, estreante na Casa, conquistou a preferência de 1.078.666 eleitores.

Os outros 7 evangélicos que alcançaram o quociente eleitoral foram: - os reeleitos Marcelo Álvaro Antônio (PSL-MG), 230.008 votos;

e JHC (PSB-AL), 178.645 votos, e - os novatos Marcel Van Hattem (Novo-RS), 349.855 votos, Pastor Sargento Isidório (Avante-BA), 323.264 votos, Felipe Francischini (PSL-PR), 241.537 votos, André Ferreira (PSC-PE), 175.834 votos, e Flordelis (PSD-RJ), 196.959 votos.

Chama atenção também a eleição de lideranças de relevo na comunidade evangélica, algumas delas com grande exposição na mídia.

No Acre, foi reeleito o apresentador de TV Alan Rick (DEM); na Bahia, elegeu-se o suplente de deputado federal Pastor Abílio Santana (PHS) e foram reeleitos Márcio Marinho (PRB) e Sergio Brito (PSD).

A bancada do Distrito Federal contará com o pastor da Igreja Universal do Reino de Deus e atual deputado distrital Julio Cesar (PRB). Do Espírito Santo, virá a ex-deputada federal Lauriete (PR), que é mulher do senador Magno Malta (PRB), que não se reelegeu.

De Minas Gerais, irão estreitar na

Casa o cantor gospel Léo Motta (PSL) e o teólogo Gilberto Abramo (PRB). No Pará, foram eleitos os novatos Olival Marques (DEM), teólogo e cantor gospel, e Vavá Martins (PRB), radialista e pastor da Igreja Universal do Reino de Deus.

Merecem destaque ainda as seguintes lideranças evangélicas: Pastor Gildenemyr (PMN-MA), novo; Pastor Eurico (Patri-PE), reeleito; Bispo Ossesio (PRB-PE), novo; Aroldo Martins (PRB-PR), novo; Liziane Bayer (PSB-RS), nova; Roberto de Lucena (Pode-SP), reeleito; e Cezinha de Madureira (PSD-SP).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

O partido hegemônico na bancada evangélica continua sendo o PRB. Em 2014, a legenda elegeu 15 líderes religiosos. Na eleição de 2018, as urnas sufragaram 19 nomes do PRB para a Câmara Federal.

Os outros partidos representados na bancada evangélica são os seguintes: PSL, com 8; PR (7); DEM, PP, PSDB e PSD, com 5 cada; PSC e PSB, com 4 cada; Pode e MDB, com 3 cada; PDT, PT, SD e Novo, com 2 cada, além das legendas PMN, PRP, Patri, Avante, PTC, Pros, PHS e PTB, com 1 cada.

PAUTA

Questões relacionadas a costumes e à moral, defesa da ética e da vida humana, além daquelas afetas à honra da família são as que geralmente unem a bancada evangélica. Descriminalização do aborto, regulamentação da união civil homoafetiva e pesquisas com células-tronco são temas emblemáticos sobre os quais os membros da bancada atuam de forma coordenada.

A bancada atuou com unidade e fechou questão, por exemplo, nas deliberações sobre a Lei de Biossegurança, posicionando-se contrariamente à clonagem humana e à manipulação de embriões humanos.

O projeto que criminaliza a homofobia também coloca em lados opostos os membros da bancada evangélica e os deputados identificados com as questões de direitos humanos.

PERDAS

Em comparação à bancada eleita em 2014 e considerando a lista nominal divulgada na Radiografia do Novo Congresso, elaborada pelo **DIAP** naquela oportunidade, 34 integrantes da bancada evangélica não estarão de volta à Câmara na 56ª Legislatura.

No Senado Federal, desfalcarão a bancada, os senadores Walter Pinheiro (sem partido-BA), que não disputou nenhum cargo neste pleito, e Magno Malta (PRB-ES), que disputou e perdeu a reeleição

Esses parlamentares não retornarão à Casa por motivos diversos. Há 3 casos de renúncia ao mandato, deputados que não foram candidatos, aqueles que se candidataram a outros cargos e também os que disputaram a reeleição e perderam.

QUEM SAIU

Erivelton Santana (Patri-BA)
Irmão Lázaro (PSC-BA)
Tia Eron (PRB-BA)
Ronaldo Martins (PRB-CE)
Ronaldo Fonseca (Pode-DF)
Manato (PSL-ES)
Max Filho (PSDB-ES)
Fábio Sousa (PSDB-GO)
Fábio Garcia (DEM-MT)

Professor Victório Galli (PSL-MT)
George Hilton (PSC-MG)
Leonardo Quintão (MDB-MG)
Josué Bengtson (PTB-PA)
Júlia Marinho (PSC-PA)
Delegado Francischini (PSL-PR)
Edmar Arruda (PSD-PR)
Takayama (PSC-PR)
Anderson Ferreira (PE)
Cabo Daciolo (Patri-RJ)
Eduardo Cunha (MDB-RJ)
Ezequiel Teixeira (Pode-RJ)
Francisco Floriano (DEM-RJ)
Marcos Soares (DEM-RJ)
Roberto Sales (DEM-RJ)
Washington Reis (RJ)
Antônio Jácome (Pode-RN)
Ronaldo Nogueira (PTB-RS)
Lindomar Garçon (PRB-RO)
Nilton Capixaba (PTB-RO)
Carlos Andrade (PHS-RR)
Antônio Bulhões (PRB-SP)
Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)
Luiz Lauro Filho (PSB-SP)
Pastor Jony (PRB-SE)

SENADO

No Senado, a bancada evangélica terá 7 representantes na próxima legislatura (2019-2023). Esses 7 parlamentares são estreadores na Casa, mas 4 deles acumulam experiência de mandato na Câmara Federal.

Migraram da Câmara para o Senado: Arolde de Oliveira (PSD-RJ), Eliziane Gama (PPS-MA), Major Olímpio (PSL-SP) e Marcos Rogério (DEM-RO).

Os outros 3 novos integrantes da bancada evangélica no Senado são: Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), atual deputado estadual; Mecias de Jesus (PRB-RR), que está encerrando o 6º mandato de deputado estadual, e Zequinha Marinho (PSC-PA), que exercia o cargo de vice-governador do Pará e já foi deputado estadual e deputado federal.

Desfalcarão a bancada, os senadores Walter Pinheiro (sem partido-BA), que não disputou nenhum cargo neste pleito, e Magno Malta (PRB-ES), que disputou e perdeu a reeleição.

SEGURANÇA PÚBLICA

Bancada cresce na Câmara e no Senado

Na próxima legislatura, que começa em 1º de fevereiro de 2019, a bancada da segurança pública, também conhecida como a “bancada da bala”, terá aumento significativo, passando de 35 para 61 deputados. Esse crescimento se deve à grande viragem conservadora, que redundou na eleição de deputados de origem militar e de políticos filiados ao PSL, que tiveram como principal bandeira a alteração do Estatuto do Desarmamento

A bancada da segurança pública, em sentido amplo, inclui tanto os adeptos de punição severa a criminosos, do armamento da população e os representantes dos interesses da indústria armamentista, como a Taurus e a Companhia Brasileira de Cartuchos, quanto os defensores da legislação educativa e preventiva para proteger a vida. Mas, neste levantamento, incluímos apenas o 1º grupo.

A bancada “linha dura” da Segurança Pública tem como prioridade a redução da idade penal, o fim das penas alternativas, a alteração do Estatuto do Desarmamento e também do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Com a eleição de representantes dos segmentos militares, serão abordados outros temas como a melhoria na segurança e meios de proteger as fronteiras do País. Esses novos parlamentares também criticam os resultados da Comissão Nacional da Verdade, relatando que não foram apurados os crimes praticados por guerrilheiros de esquerda, mas não elegem o tema como prioridade.

Defendem ainda o endurecimento da legislação penal, processual penal e de execuções penais.

Entre os defensores de maior rigor no enfrentamento à violência, inclusive a praticada por menores, destaque para os deputados reeleitos Delegado Waldir (PSDB-GO), Delegado Eder Mauro (PSD-PA) e Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que é escrivão de polícia federal.

Essa bancada pode se alinhar à bancada evangélica em temas como a descriminalização do aborto, a defesa da honra da família e a regulamentação da união civil homoafetiva.

Apesar do crescimento, a bancada perdeu nomes expressivos como Alberto Fraga (DEM-DF), que se candidatou ao governo do Distrito Federal e não logrou êxito, Laerte Bessa (PR-DF), que tentou reeleição sem sucesso, Cabo Daciolo (Patri-RJ), e Jair Bolsonaro (PSL-RJ), ambos candidatos à Presidente da República, cujo 1º não passou do 1º turno e o outro seguiu na disputa no 2º turno e foi eleito.

No Senado Federal a bancada também aumentou. Foram eleitos 9 parlamentares.

A bancada ganha força no Senado com nomes expressivos como Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), Capitão Stevenson (Rede-RS) e Major Olimpio (PSL-SP).

MULHERES

As mulheres terão também representação na bancada “linha dura”, a partir de 2019: as deputadas Edna Henrique (PSDB-PB), delegada, Major Fabiana (PSL-RJ) e Policial Kátia Sastre (PR-RJ), ambas policiais militares, além das senadoras Soraya Thronicke (PSL-MS), advogada e empresária e a Juíza Selma Arruda (PSL-MT).

A bancada de Segurança Pública chegará ao Congresso fortalecida e, certamente, irá atuar em parceria com outras bancadas de perfil conservador como a Ruralista e a Evangélica. Sua pauta que, inclusive tem apoio de um dos candidatos à Presidência da República, poderá ter prioridade no Congresso.

PARENTES

Bancada cresce no Congresso Nacional

Levantamento preliminar do DIAP identificou crescimento, na Câmara dos Deputados, da chamada “bancada de parentes”. Em 2014, o número de parlamentares com parentesco político era de 113 congressistas. Nas eleições de 2018, o número de parlamentares com vínculos familiares cresceu para 172 deputados. Do total de eleitos, na Câmara, 118 reconquistaram seus mandatos e 54 são novos

A eleição ou reeleição de parentes reforça a tese de circulação no poder. Em geral, parentes mais próximos como pais, filhos e cônjuges são herdeiros eleitorais uns dos outros e compartilham o mesmo perfil político e ideológico.

A relação de parentesco levou ao Congresso Nacional dois filhos do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Eduardo Bolsonaro foi reeleito para o cargo de deputado federal, sendo o mais votado de São Paulo, recebendo 1.843.735. Seu irmão, saiu do legislativo estadual para ocupar cargo de senador da República pelo Rio de Janeiro. Flávio Bolsonaro (PSL) foi eleito com 4.380.418 votos.

Outros destaques em votações de herdeiros políticos ocorreram em Pernambuco. Nas eleições proporcionais, os primos João Campos (PSB-PE) e Marília Arraes (PT-PE) foram os recordistas de votos no estado.

O primeiro, João Campos, recebeu 460.387 mil votos. Foi proporcionalmente o candidato a deputado federal mais votado do Brasil. Herdou o prestígio político do pai Eduardo Campos, ex-governador, ex-deputado e ex-ministro do governo Lula. Eduardo Campos morreu durante a campanha eleitoral para Presidência da República em 2014, em um acidente com jatinho particular. Eduardo era a principal liderança do partido e herdeiro político de seu avô, Miguel Arraes, e de sua mãe, Ana Arraes, ex-deputada e atual ministra do Tribunal de Contas da União (TCU).

Marília Arraes recebeu 193.108 votos. Sua candidatura foi conturbada, com negociações entre os dirigentes nacionais do PSB e PT. Sua primeira opção seria concorrer ao Palácio do Campo das Princesas, porém o partido apoiou a candidatura à reeleição de Paulo Câmara do PSB. Com a decisão da cúpula petista, Marília concorreu a vaga de deputada federal, sendo a segunda mais votada no estado.

A Paraíba é o estado com maior número, proporcionalmente, de parlamentares eleitos com laços familiares. Dos 12 deputados eleitos, 10 têm relação de parentesco com outros políticos. No Senado, os 2 estreantes Veneziano do Rêgo (MDB) e Daniela Ribeiro (PP) chegam com ascendência familiar. Completa a bancada no Senado José Maranhão (MDB), com mandato até 2023. Ele

também se enquadra nos critérios da bancada de parentes.

Alguns parlamentares já conhecidos pela relação parental não retornarão ao legislativo federal na próxima legislatura. Um exemplo é o ex-ministro e deputado federal, Sarney Filho (PV-MA), que disputou vaga para o Senado, mas não foi eleito. Outro nome de peso político que sai do cenário do legislativo federal é o atual senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). O senador paraibano tentou a reeleição, porém foi barrado nas urnas. Seu herdeiro político, Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), garantiu vaga na Câmara Federal.

O senador José Agripino Maia (DEM-RN) também não retorna ao Legislativo federal. O senador, de família tradicional na política potiguar, tentou vaga de deputado federal, recebendo 64.678 mil votos, que não foram suficientes para assegurar eleição para a Câmara Federal.

Entre os partidos que mais elegeram parentes destaque para PP e PSD, com 18 representantes cada. Seguidos do MDB com 17, PR com 16, PSDB com 13 e DEM e PT com 12 cada. O PSB conta com 11 deputados, PDT e PTB tem 9, e PRB 8. O SD tem 6 e o partido do presidente eleito, o PSL, tem 4 deputados. PCdoB conta com 4 e Pros e PPS com 3 deputados cada. O Pode tem 2, enquanto PSol, PSC, Avante, PTC, PPL, PRP e Patri têm 1 deputado cada.

O número elevado de parentes concorrendo e se elegendo a cargos nos governos, em suas 3 esferas, é uma demonstração de que os partidos, os movimentos sociais e as escolas não investiram em formação política e cívica, capaz de motivar pessoas com vocação para a liderança e o exercício de cargos públicos. Esse déficit de quadros políticos favorece a continuidade da circulação no poder, numa espécie de transferência hereditária do poder entre as famílias.

Registre-se ainda que a relação de parentesco não desqualifica ninguém para concorrer, especialmente se o postulante tiver militância política, experiência ou preparo para o exercício de mandatos. O problema aparece quando o candidato que traz essa relação de parentesco é lançado para manter feudos eleitorais, substituir candidatos com ficha suja ou para evitar que outras forças

políticas assumam o poder na unidade da Federação.

O **DIAP** vem chamando atenção para a necessidade de formação política do cidadão. A título de contribuição, o órgão tem feito publicações no formato de cartilhas para orientar dirigentes de entidades de classe assim como todo o cidadão para o funcionamento da máquina pública e a estrutura de poder que envolve a tomada de decisão.

É necessária uma mudança cultural urgente para que os partidos, em lugar de escolher apenas parentes de políticos ou puxadores de votos, sem qualquer compromisso programático ou ideológico, recrutem pessoas vocacionadas, guiadas por princípios republicanos e comprometidas com o programa, a doutrina e a ideologia dos partidos.

SENADO

No Senado Federal, com a renovação nesta eleição, a bancada de parentes reduziu, de 39 para 24 senadores, contando com os possíveis suplentes que podem assumir as vagas e também aqueles que têm seus mandatos até 2023.

Entre os novatos, destaque para Rodrigo Cunha (PSDB-AL), filho da ex-deputada Ceci Cunha, assassinada no estado por adversários políticos. Naquela época, o caso teve grande repercussão. Segundo a Polícia Federal e o MPF, o crime foi planejado por Talvane Albuquerque, que não se confirmou em não ser eleito e acabou como 1º suplente de deputado.

Chega também ao Senado Cid Gomes (PDT-CE). Ex-ministro da Educação no governo Dilma, Cid é irmão do candidato à Presidência da República derrotado no 1º turno, Ciro Gomes (PDT).

Alguns veteranos na política que contam com relação de parentesco retornam ao Senado. É o caso de Jarbas Vasconcelos (MDB-PE), que cumpriu mandato na Câmara Federal. E mais 2 correligionários que foram reeleitos, Renan Calheiros (AL) e Jader Barbalho (PA).

Entre os partidos, o MDB conta com 8 senadores. PSD e PP têm 3 cada; o PTB e o PSDB têm 2 senadores cada. DEM, Pode, PHS, PSB, PDT têm 1 cada. Há ainda 1 senador que faz parte da bancada, mas está sem partido.

FEMININA**Bancada aumenta 15% na Câmara; no Senado, representação mantida com 12 senadoras**

A 56ª Legislatura (2019-2023) reunirá a maior bancada feminina já eleita para a Câmara Federal. As 77 deputadas que tomarão posse em fevereiro próximo representam aumento de 15% em relação às 51 cadeiras ocupadas atualmente por mulheres. É um crescimento importante, mas ainda insuficiente para equilibrar a participação de homens e mulheres no exercício da função de legislar e fiscalizar em nome do povo brasileiro

Esse percentual de crescimento vem sendo registrado nas últimas legislaturas e apresenta discreta aceleração. Se em 2014, quando foram eleitas 51 deputadas, o percentual de aumento atingiu 10% na comparação com a bancada de 45 deputadas eleitas em 2010, o índice de 15% alcançado na eleição de 2018 sinaliza para cenário mais otimista, de modo que o Brasil avance no ranking de participação de mulheres no Parlamento. Contudo, ainda estamos muito abaixo da média na América Latina, em torno de 30%.

No Senado, a representação feminina a partir de 2019 contará com 12 senadoras, número um pouco menor do que a bancada atual (13), composta por 5 senadoras cujos mandatos se encerram em 2023 e outras 8 senadoras que tentaram a reeleição ou disputaram outros cargos no pleito de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

As 77 mulheres que farão parte da 56ª Legislatura representam 24 unidades federativas. Apenas 3 estados não elegeram mulheres: Amazonas, Maranhão e Sergipe.

As novatas são maioria entre as mulheres: 47. As outras 30 deputadas que completam a bancada feminina compõem a atual legislatura e foram reeleitas.

NÃO VOLTAM

O mesmo êxito não foi compartilhado por 14 atuais deputadas que não conseguiram se reeleger.

Não estarão de volta à Câmara em 2019: Conceição Sampaio (PSDB-

-AM), Jozi Araújo (Pode-AP), Tia Eron (PRB-BA), Gorete Pereira (PR-CE), Dâmina Pereira (Pode-MG), Raquel Muniz (PSD-MG), Simone Morgado (MDB-PA), Júlia Marinho (PSC-PA), Cristiane Brasil (PTB-RJ), Marinha Raupp (MDB-RO), Maria Helena (MDB-RR), Keiko Ota (PSB-SP), Ana Perugini (PT-SP) e Josi Nunes (Pros-TO).

Há outras deputadas que encerrarão o mandato e não vão retornar à Casa ano que vem porque disputaram outros cargos, por exemplo: Luciana Santos (PCdoB) foi eleita vice-governadora de Pernambuco, Janete Capiberibe (PSB), que concorreu mas não se elegeu senadora pelo Amapá e Jô Moraes (PCdoB), derrotada na eleição de vice-governadora de Minas Gerais.

CAMPEÃS DE VOTOS

Algumas mulheres foram campeãs de voto em seus estados, sendo que 4 atingiram o quociente eleitoral. Apenas 27 deputados conseguiram eleger-se com os próprios votos. Conquistaram esta condição as novas deputadas: Joice Hasselmann (PSL-SP), jornalista, que obteve 1.078.666 votos, Gleisi Lula (PT-PR), atual senadora e presidente do PT, que conquistou 212.513 votos, Flordelis (PSD-RJ), administradora e cantora gospel, eleita com 196.959 votos, e Marília Arraes (PT-PE), advogada e atual vereadora de Recife, que angariou o apoio de 193.108 eleitores.

PARENTESCO

Uma característica da bancada feminina repetiu-se na eleição de 2018: o sufrágio de mulheres que possuem parentesco com políticos tradicionais.

No Distrito Federal, por exemplo, a campeã de votos Flávia Arruda (PR) é mulher do ex-governador José Roberto Arruda. Empresária e professora, foi eleita com 121.140 votos. Do Espírito Santo, retornará à Câmara Federal Lauriete (PR). Empresária e música, mulher do senador não reeleito Magno Malta já exerceu mandato na 54ª Legislatura (2011-2015).

No Paraná, foi eleita a deputada mais jovem: Luisa Canziani (PR), que tem 22 anos. Como revela o sobrenome, a estudante Luisa é filha do deputado Alex Canziani, que neste pleito disputou vaga para o Senado Federal, não obtendo êxito. No Rio de Janeiro, foi eleita Daniela do Wauginho (MDB-RJ), mulher do prefeito de Belford Roxo. Ela exerceu o cargo de secretária municipal de Assistência Social e Cidadania.

Outra deputada que chegará à Câmara com sobrenome tradicional na política é Jaqueline Cassol (PP). Advogada e empresária, ela é irmã do senador por Rondônia, Ivo Cassol.

Entre as atuais deputadas, renovaram os mandatos: Clarissa Garotinho (Pros-RJ), filha do ex-governador Anthony Garotinho; Soraya Santos (PR), que é casada com o ex-deputado federal Alexandre Santos; e Rejane Dias (PT), a campeã de votos no Piauí (138.800), que é mulher do governador reeleito Wellington Dias.

NOVATAS, MAS EXPERIENTES

No grupo de 47 deputadas novatas, há mulheres que acumulam experiência política por já terem exercido cargos eletivos no Legislativo ou Executivo, como por exemplo, as atuais

senadoras Lídice da Mata (PSB-BA) e Gleisi Lula (PT-PR), além da titularidade em secretarias de estado ou município. Em levantamento preliminar do DIAP, foram identificadas as seguintes parlamentares: Perpetua Almeida (PCdoB-AC), ex-deputada federal; Teresa Nelma (MDB-AL), vereadora; Aline Gurgel (PRB-AP), ex-vereadora e ex-secretária extraordinária de Políticas para Mulheres; Celina Leão (PP-DF), deputada distrital; Lauriete (PR-ES), ex-deputada federal; Aurea Carolina (PSol-MG), vereadora; Greyce Elias (Avante-MG), ex-vereadora; Rose Modesto (PP-MS), vice-governadora; Edna Henrique (PSDB-PB), ex-prefeita; Marília Arraes (PT-PE), vereadora; Margarete Coelho (PSB-PI), vice-governadora e ex-deputada estadual; Talíria Petrone (PSol-RJ), vereadora, Natalia Bonavides (PT-RN), vereadora; Liziane Bayer (PSB-RS), deputada estadual; Fernanda Melchionna (PSol-RS), vereadora; Silvia Cristina (PDT-RO), vereadora; Angela Amin (PP-SC), ex-deputada federal, ex-vereadora e ex-prefeita; e Sâmia Bomfim (PSol-SP), vereadora.

ESTREANTES

Entre as novas deputadas, há estreantes na política e na vida pública. O fenômeno é observado em 100% das mulheres eleitas pelo PSL. As 9 deputadas integrantes do 2º maior partido com representação na Casa nunca exerceram cargos eletivos.

No grupo de neófitas, o destaque fica para a primeira deputada indígena eleita: Joênia Batista de Carvalho (Rede-RR), conhecida como Joênia Wapichana. O pioneirismo na trajetória de vida de Joênia também se aplica em sua formação: foi a primeira mulher indígena a se formar em Direito, na Universidade Federal de Roraima, em 1997.

Em entrevista para a Agência Câmara, a deputada eleita comentou que “o perfil mais conservador do Parlamento é mais um desafio a ser enfrentado”. Para Joênia, existem várias proposições anti-indígenas na Casa e que serão combatidas por ela e por todo movimento indígena do País. “Usando dos meios legais, para que nenhum abuso e inconstitucionalidade possam ser aprovados”, completou.

PROPORCIONALIDADE REGIONAL E PARTIDÁRIA

Os estados com as maiores bancadas numéricas foram as que elegeram mais mulheres: São Paulo e Rio de Janeiro, com 11 e 10 deputadas, respectivamente. Contudo, em escalas proporcionais, as unidades federativas com maior representação feminina são o Distrito Federal, que elegeu 5 (62,5%) deputadas em um total de 8 vagas, e o Acre, com 4 (50%) deputadas em um total de 8 vagas. Os índices desses 2 estados são bem superiores à representação feminina de apenas 15% em toda a Câmara Federal.

A distribuição das mulheres eleitas, segundo a proporcionalidade partidária, a partir de 2019, será a seguinte: PT (10); PSL (9); PSDB (7); PR (6); MDB, PSol e PP com 5 deputadas cada; PCdoB (4); DEM, PDT, PSB e PRB, com 3 deputadas cada; Avante e PPS, com 2 deputadas cada, e os partidos Novo, Pode, Pros, PRP, PSD, PTB, PTC, PV, Rede e Solidariedade, com uma representante cada.

SENADO FEDERAL

No Senado, houve perda de representação, tanto em comparação com a bancada eleita em 2014 (13), quanto em comparação com a bancada atual (13). Isto porque, na eleição de 2018, foram eleitas apenas 7 novas senadoras que, somadas às 5 parlamentares cujos mandatos se encerram em 2023, totalizam bancada de 12 senadoras que terão assento na Casa a partir de 2019.

As 7 novas senadoras que tomarão posse em 2019 são: Leila do Vôlei (PSB-DF), que já atuou como secretária de Esporte do DF; Eliziane Gama (PPS-MA), atual deputada federal; Soraya Thronicke (PSL-MS), advogada e empresária, que estreia na política; Juíza Selma Arruda (PSL-MT), aposentada, também estreante; Daniella Ribeiro (PP-PB), ex-prefeita de Campina Grande e atual deputada estadual; além das atuais deputadas federais, Dr^a Zenaide Maia (PHS-RN) e Mara Gabrielli (PSDB-SP).

Completam a lista as senadoras Rose de Freitas (Pode-ES), Simone Tebet (MDB-MS), Maria do Carmo

(DEM-SE), Kátia Abreu (PDT-TO) e Fátima Bezerra (PT-RN). Importante destacar que a senadora Fátima concorreu, em 2º turno, ao governo do Rio Grande do Norte. Eleita, será mais uma perda para a bancada feminina no Senado.

OUTRAS BAIXAS

Entre as senadoras cujos mandatos terminam em 2019, 3 não conseguiram se reeleger: Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lúcia Vânia (PSB-GO) e Ângela Portela (PDT-RR). As senadoras Lídice da Mata (PSB-BA) e Gleisi Lula (PT-PR) migraram suas candidaturas para a Câmara Federal e foram eleitas. A senadora Regina Sousa (PT-PI) acaba de ser eleita vice-governadora do Piauí. A senadora Ana Amélia (PP-RS) foi derrotada na eleição para vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin. Já a senadora Marta Suplicy (MDB-SP) desistiu da vida pública e não foi candidata a qualquer cargo nesta eleição.

ATUAÇÃO ORGANIZADA

Tanto na Câmara quanto no Senado, a bancada feminina atua de forma organizada.

Desde 2009, existe, na estrutura da Câmara, a Procuradoria da Mulher. Dois anos depois, em 2013, foi criada a Secretaria da Mulher e também a Coordenadoria dos Direitos da Mulher, que representa a bancada feminina, composta por todas as parlamentares mulheres.

Dentre os avanços a partir da criação dessas instâncias, destaca-se a presença da Coordenadora dos Direitos da Mulher (eleita pela bancada feminina) nas reuniões do Colégio de Líderes, com voz e voto, e o direito a fazer uso do horário de liderança nas sessões plenárias — passo muito importante para a representação feminina na Câmara dos Deputados.

Entre os principais pleitos da bancada feminina, podemos citar: o combate à violência contra as mulheres, com ampliação da rede de proteção prevista na Lei Maria da Penha; o incremento da representação das mulheres nas instâncias decisórias; e a reforma política com paridade entre os gêneros.